Estratégia Concursos

Aula 00

PM-SP (Soldado) - História - 2021

(Pré-Edital)

Autor:

Rosy Freire (Equipe Sérgio Henrique), Sergio Henrique

25 de Maio de 2021

SUMÁRIO

Sumário 1
1. Introdução 1
2. Observações sobre os levantamentos estatísticos sobre as questões de História aplicadas para o cargo de Soldado. 2
3. Itens do edital 2
1.História Geral 2
2. História do Brasil 2
4. Incidências de Temas nos Três Últimos Concursos 4
2021 4
2019.2 4
2019 4
2018 5
5. Observações sobre as Provas 5
6. Última prova comentada: 2021. 6
História 6
Bibliografia utilizada nos comentários 19

1. INTRODUÇÃO

Olá, querido aluno. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e em cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década, dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM.

Motivação, Disciplina e Estratégia formam o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso, mas fique tranquilo. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho.

2. Observações sobre os levantamentos estatísticos sobre as questões de História aplicadas para o cargo de Soldado.

Amostra: Provas aplicadas entre 2021 e 2008 – 13 exames (2020 o exame não foi aplicado).

Banca: VUNESP.

Perfil da banca e abordagens: A banca é fiel ao edital, todo o conteúdo é cobrado, não é mais simples que a prova de oficial, cobra temas pouco abordados, como foi o caso em 2018 em que cobraram sobre o período militar, o MNU e América Latina e OEA e CEPAL no tópico de Guerra Fria. A prova prioriza a História do Brasil, mas a presença de História do século XX é certa, a propósito o foco e a História Geral e do Brasil no século XX.

Principais conteúdos cobrados: Guerra Fria, Era Vargas e Redemocratização.

3. Itens do edital

1.História Geral

1.1. Primeira Guerra Mundial.

1.2. O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial.

1.3. A Guerra Fria.

1.4. Globalização e as políticas neoliberais.

2. História do Brasil

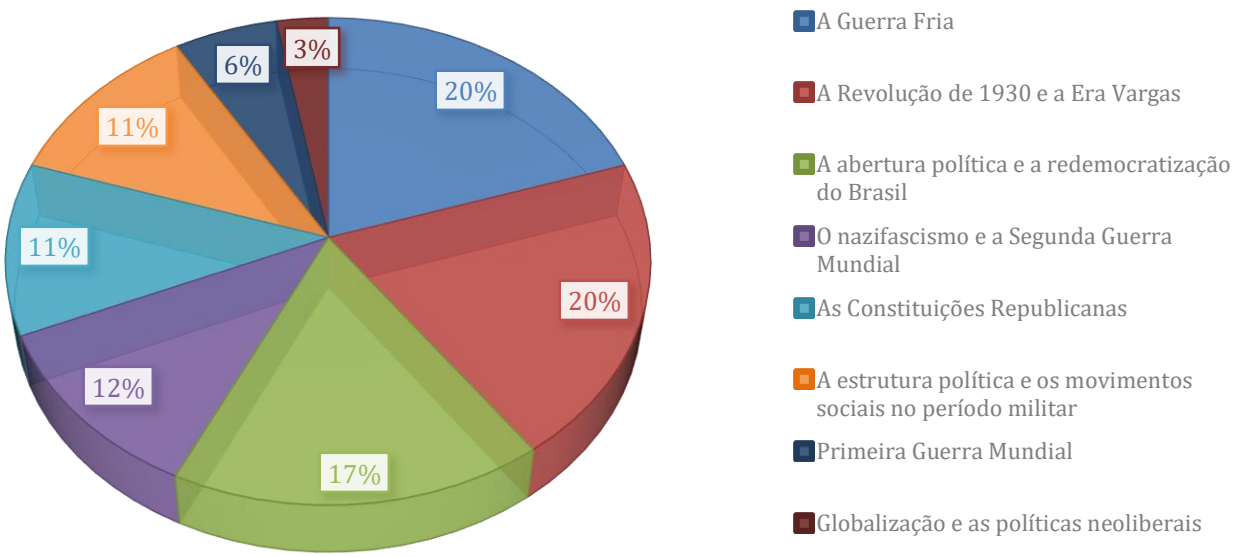
2.1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas.

2.2. As Constituições Republicanas.

2.3. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar.

2.4. A abertura política e a redemocratização do Brasil.

INCIDÊNCIA DAS QUESTÕES



Tema	Questões	Incidência
A Guerra Fria	7	20%
A Revolução de 1930 e a Era Vargas	7	20%
A abertura política e a redemocratização do Brasil	6	17,1%
O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial	4	11,4%
As Constituições Republicanas	4	11,4%
A estrutura política e os movimentos sociais no período militar	4	11,4%
Primeira Guerra Mundial	2	5,71%
Globalização e as políticas neoliberais	1	2,85%
TOTAL	**35 questões**	

4. INCIDÊNCIAS DE TEMAS NOS TRÊS ÚLTIMOS CONCURSOS

2021

1.2 O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial: **A política de apaziguamento e a expansão nazista**.

1.3 A Guerra Fria: Alianças militares, OTAN (1949) e Pacto de Varsóvia (1955).
2.1 A Revolução de 1930 e a Era Vargas: Governo Constitucional 1934-37**, AIB X ANL**.
2.2 As Constituições Republicanas: **A constituição de 1891 e a autonomia dos estados.**
2.3 A estrutura política e os movimentos sociais no período militar: **O AI-5.**
2.4 A abertura política e a redemocratização do Brasil: **A lei da Anistia de 1979**.

Como mencionei, a banca elabora a prova seguindo cada tópico do edital

2019.2

1.1. Primeira Guerra Mundial: **As causas da Primeira Guerra Mundial.**

1.3. A Guerra Fria: **A corrida armamentista.**

2.1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas: **O Estado Novo.**

2.2. As Constituições Republicanas: **A Constituição de 1988.**

2.4. A abertura política e a redemocratização do Brasil: **Anistia, pluripartidarismo e Diretas já.**

2.4. A abertura política e a redemocratização do Brasil: **Anistia, pluripartidarismo e Diretas já.**

2019

1.1. Primeira Guerra Mundial: **O Tratado de Versalhes e suas consequências.**

1.3. A Guerra Fria: **A corrida armamentista.**

2.1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas: **A Revolução Constitucionalista de 1932.**

2.1. A Crise de 1929, Revolução de 1930 e a **política de valorização do café.**

2.2. As Constituições Republicanas: **A Constituição de 1946.**

2.3. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar – **O ufanismo e o "milagre econômico!". Música Wilson Simonal.**

2018

1.3. A Guerra Fria: **América Latina – OEA e CEPAL.**

1.4. A Globalização e as políticas neoliberais: **A proliferação dos blocos econômicos.**

2.1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas: **O Estado Novo e a Era do Rádio.**

2.2. As Constituições Republicanas: **Comparação entre todas as constituições republicanas.**

2.3. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar: **O Movimento Negro Unificado.**

2.4. A abertura política e a redemocratização do Brasil: **Lei da anistia.**

5. Observações sobre as Provas

- ✓ Em 2021 o edital foi seguido à risca, sem surpresas. O teor geral da prova dialoga com o tema autoritarismo, pois foram cobradas uma questão sobre a expansão do nazismo e a Guerra Civil Espanhola, uma questão sobre o partido integralista no governo constitucional de Vargas, que foi bastante noticiado em 2019 o avanço do pensamento conservador e a reinauguração do partido integralista, que fez uma passeata em SP.
- ✓ 2019.1 Caíram duas de Era Vargas e uma a menos de Ditadura.
- ✓ **2016 não teve concurso para soldado.** 2015 eram 4 questões, a partir de 2018 são 6: Duas questões de História Geral e 4 de História do Brasil.
- ✓ As questões apresentam um padrão muito bem definido, e exploram o edital, que são oito tópicos, quatro de História Geral e quatro de História do Brasil. Desde que são seis questões de História, há o padrão de duas de História Geral e quatro de História do Brasil.
- ✓ O conteúdo é bem distribuído e todos os temas já foram cobrados ao longo das edições, com destaque para: Redemocratização, Era Vargas e Guerra Fria.
- ✓ Em 2018 caiu uma questão surpreendente sobre o movimento negro unificado. Pode cair o movimento negro na atualidade e o *Black Lives Matter*.

6. ÚLTIMA PROVA COMENTADA: 2021.

HISTÓRIA

1. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

A “Política de Apaziguamento” é um ponto que deve ser analisado com cuidado quando se discute a questão das origens da Segunda Guerra Mundial. Na medida em que a situação internacional tornava-se mais tensa, ao longo da década de 1930, e o militarismo fascista (japonês, italiano e alemão) se agudizava, as potências ocidentais democráticas, aparentemente para evitar um conflito de maiores proporções ou adiar uma confrontação inevitável, fecharam os olhos às agressões do nazifascismo contra regiões e países vizinhos.

(Ricardo de Moura Faria, História – volume 3, p. 304. Adaptado)

A “Política de Apaziguamento” esteve presente

(A) no processo de criação da Liga das Nações, porque esta entidade, com o apoio francês e inglês, defendia que os acordos assinados após a Primeira Guerra não tinham validade porque não contaram com a participação da Alemanha e da Rússia.

(B) na crise da Manchúria, porque essa região chinesa foi invadida pelo Japão e, apesar dos protestos da Alemanha e da Bélgica, a diplomacia estadunidense fez uma decisiva defesa do direito japonês em expandir o seu território.

(C) no acordo de Munique, firmado entre Alemanha, Áustria, França, Inglaterra e Itália, com a chancela dos Estados Unidos, que acabou a autonomia nacional da Polônia e incorporou a maior parte do seu território à Tchecoslováquia.

(D) na crise da Renânia, região fronteiriça entre Alemanha, Bélgica e França, que foi ocupada pelos franceses, com o aval da Liga das Nações, apesar das determinações do Tratado de Versalhes que havia determinado que esse espaço pertencia à Bélgica.

(E) na Guerra Civil Espanhola, porque as forças chefiadas pelo general Franco, interessadas em derrubar um governo republicano, receberam apoio da Alemanha e da Itália, enquanto França e Inglaterra não defenderam a ordem democrática espanhola.

Comentários:

Alternativa (A): A Liga das Nações foi uma organização internacional criada após a Primeira Guerra, em abril de 1919, contendo uma Secretaria Geral permanente, sediada em **Genebra**, e composta de uma Assembleia Geral e um Conselho Executivo. O Conselho era o principal órgão político e decisório, composto dos seguintes membros permanentes: Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e, posteriormente, Alemanha e União Soviética (além dos não-permanentes escolhidos pela Assembleia Geral). Isso faz com que a alternativa (A) esteja incorreta, pois Alemanha e União Soviética (atual Rússia) participaram da Liga das Nações.

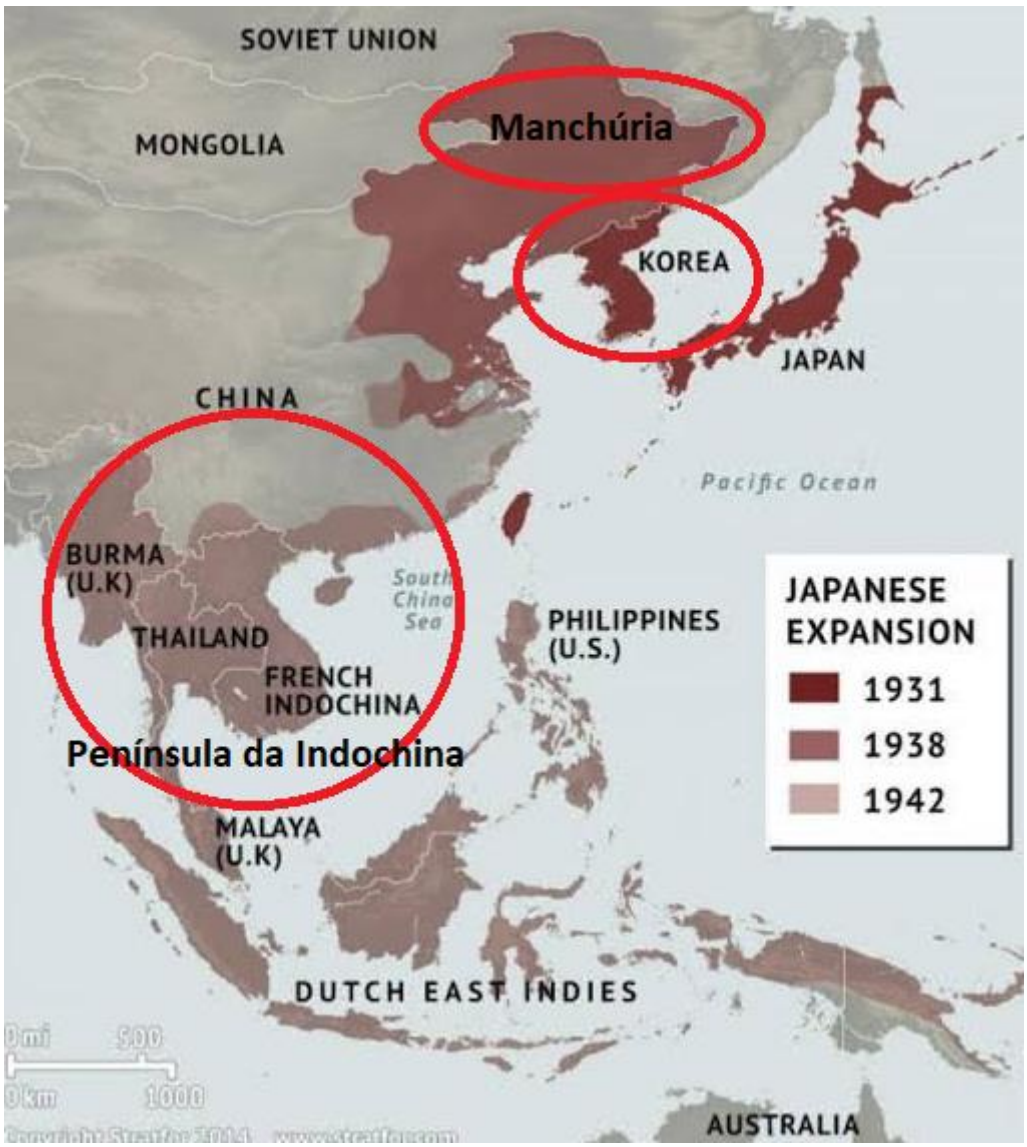
> Os EUA não assinaram o Tratado de Versalhes, e nem participou da Liga das Nações, mesmo que propostas pelo presidente norte americano Woodron Wilson.

Foi o Congresso norte-americano que se recusou em ratificar o Tratado de Versalhes, o que acabou impedindo que os Estados Unidos se tornassem membros do novo organismo. Mas ela se revelou impotente para bloquear a **invasão japonesa da Manchúria (1931)**, a **agressão italiana à Etiópia (1935)** e o **ataque russo à Finlândia (1939).** O organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU, criada na Conferência de São Francisco e a sede da ONU fica em Nova York.

> Vale dizer ainda sobre a política de apaziguamento que mesmo não possuindo forças armadas próprias, o poder de coerção da Liga das Nações baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Sua atuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Bálcãs e na América Latina, na assistência econômica e na proteção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de *Dantzig*, que era o mais rico porto alemão e ficava no litoral do corredor polonês.

O corredor polonês: A recém criada polônia, dividiu o território alemão, que perdeu o porto.

Alternativa (B): A crise da Manchúria foi a investida do império japonês contra o território chinês que se iniciou em 1931 e o controle do território, durou até o final da Segunda Guerra Mundial. A mídia no ocidente informou sobre os eventos no oriente, relatando atrocidades como o bombardeio de civis ou disparar sobre os sobreviventes em estado de choque, causando grande antipatia ao Japão, que se aumentou ainda mais durante a Segunda Guerra Mundial devido a sua adesão ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Logo no início dos eventos, em janeiro de 1932, os E.U.A. declararam que não iriam reconhecer qualquer governo estabelecido sob a pressão dos japoneses na Manchúria, do mesmo modo que a Liga das Nações fez no ano seguinte, resultando na **retirada do Japão da Liga em março de 1933**.



Alternativa (C): O Acordo de Munique foi assinado em 30 de setembro de 1938, pela Alemanha **(República de Weimar),** o Reino Unido, a Terceira República Francesa e o Reino da Itália. A Alemanha invadiu os Sudetos da Tchecoslováquia, portanto, a alternativa (C) está incorreta. A Alemanha havia iniciado uma guerra não declarada de baixa intensidade contra a Tchecoslováquia em 17 de setembro de 1938.

> Em reação, o Reino Unido e a França, em 20 de setembro, pediram formalmente à Tchecoslováquia que cedesse seu território à Alemanha, o que foi seguido por demandas territoriais polonesas em 21 de setembro e da Hungria em 22 de setembro.

Alternativa (D): Errada! O Tratado de Versalhes desmilitarizou a Alemanha, que somente podia ter um exército de 100.000 soldados e não podiam produzir armas, nem mesmo sabão (nitroglicerina). Crise da Renânia foi uma crise diplomática provocada pela **remilitarização dessa região da Alemanha**, por ordem de Adolf Hitler, em 7 de março de 1936.

Alemanha reconhecia a inviolabilidade das fronteiras definidas no Tratado de Versalhes e se comprometia a não a modificar pela força e a recorrer sempre no caso de necessidade a uma arbitragem internacional, além aceitar a completa desmilitarização da **Renânia**, e teria direito de entrar na Liga das Nações. Desmilitarizar a região nos limites fronteiriços com a França, Luxemburgo e Bélgica. A região poderia ser usada para uma invasão alemã à França.

todo caso, vale ressaltar que de fato nesse episódio a política de apaziguamento esteve presente, pois o exército francês poderia ter respondido de forma eficaz e facilmente (na verdade, o exército alemão tinha ordens para não resistir e retirar-se se necessário. Na prática a política de apaziguamento permitiu Hitler incorporar a Áustria e, depois a Tchecoslováquia, após a Crise dos Sudetos, na sequência do expansionismo revanchista e que pretendia formar o que Hitler chamava de **"espaço vital alemão"**, que levou à Segunda Guerra Mundial.

Alternativa (E): A Guerra Civil Espanhola foi um conflito armado ocorrido na Espanha entre 1936 e 1939, travado entre os republicanos, leais à Segunda República Espanhola, urbana e progressista, apoiados pelos anarquistas e os comunistas. Os nacionalistas e fascistas espanhóis eram chamados de falangistas. Eram apoiados pelos nazifascistas, monarquistas, carlistas e católicos.

> Hitler usou a Espanha como laboratório para sua nova tática militar, a Blitzkrieg, ou Guerra Relâmpago. A Guerra Civil-Espanhola é considerada um prenúncio da Segunda Guerra.

Para evitar a internacionalização do conflito, foi criado um Comité de Não-Intervenção com o objetivo de prevenir a ajuda militar estrangeira em pessoal e material bélico a qualquer das facções envolvidas na Guerra Civil Espanhola. Essas políticas tinham como objetivo último prevenir que a Guerra Civil Espanhola se transformasse se tornando um conflito de toda a Europa. Diante desse impasse, com a intenção de evitar a propagação do conflito, as democracias ocidentais preferiam sacrificar a o regime democrático em Espanha e acabaram por facilitar a expansão alemã.

1. Gabarito: E

---

2. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

Leia o excerto de um discurso do líder soviético Nikita Kruschev, em 06 de junho de 1956.

> Pode ser que vosso vizinho vos seja simpático, ou não. Não tendes a obrigação de ser seus amigos ou de visitá-los. Porém, viveis lado a lado, e que fazer se nem nós nem ele se dispõem a deixar o lugar a que estão habituados, para se fixar em outra cidade? Com muito maior razão, o mesmo ocorre nas relações entre os Estados. [...] Quer nosso vizinho vos agrade ou não, não há outra coisa a fazer senão encontrar um terreno de entendimento com ele, pois nós temos um só planeta.
>
> (apud Adhemar Martins Marques et al., História do tempo presente)

Considerando o contexto histórico dessa manifestação, é correto afirmar que o líder soviético

(A) avalia como positivas as ações soviéticas nos processos de libertação colonial na Ásia e na África.

(B) aceita a criação da OTAN, mas exige que o Ocidente tenha a mesma relação com o recém-fundado Pacto de Varsóvia.

(C) sinaliza a possibilidade de um acordo em bases diferentes entre as duas superpotências.

(D) condena a interferência dos EUA em países da Cortina de Ferro, sob a influência soviética.

(E) considera o armamentismo dos EUA um perigo à paz mundial, decidindo dotar a URSS com armas nucleares.

Comentários:

Alternativa (A): O colonialismo e expansão territorial da União Soviética estendeu sobre regiões que compõem a moderna Polônia, Ucrânia, Bielorrússia, Finlândia, Países Bálticos, Moldávia, Sibéria e o Cáucaso (região montanhosa e fértil entre o Mar Negro e o Mar Cáspio), a Ásia setentrional (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Quirguízia), mas não sobre territórios no continente africano, fazendo a alternativa (A) incorreta.

> Imperialismo e expansão soviética:
> 1945: Na conferência de Yalta, anexou os países do leste Europeu.
> 1945: A Coreia foi dividida. A União Soviética ia tomar conta de toda península, mas os norte americanos ocuparam a península, que foi dividida no paralelo 38°. Em 1950 a Coreia do Norte invadiu a do Sul, e ocorreu a Guerra da Coreia até 1953. Nunca assinaram um tratado de paz, somente um armistício.
> 1949: Revolução Chinesa.
> 1954: Revolução no Vietnã, seguida de invasão dos EUA, na **Guerra contra o Comunismo**. A Guerra do Vietnã foi entre 1954 e 1974.
> 1959: Revolução Cubana.
> 1981: Invasão ao Afeganistão.

Alternativa (B): Nikita Kruschev criou o Pacto de Varsóvia, em 1955, como resposta à criação da OTAN pelos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, em 1949. A coexistência pacífica baseava-se na certeza da destruição mútua. O Pacto de Varsóvia foi criado em resposta à formação da OTAN. Essa é uma manobra geopolítica que pretende demonstrar força, como forma de dissuadir o oponente, que se vitorioso, não sobraria nada para ele. Em seu discurso propões uma saída diplomática, por isso não é a correta.

Alternativa (C): Nikita Kruschev liderou a União Soviética durante boa parte da Guerra Fria como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética e como primeiro-ministro. Ele foi responsável pela **desestalinização** da União Soviética, e por várias reformas relativamente liberais em áreas de política interna, sendo o principal mentor da **doutrina da coexistência pacífica** entre a URSS e os E.U.A. e seus aliados.

Alternativa (D): Nikita Kruschev procurou encontrar uma solução duradoura para o problema da Alemanha, dividida em dois estados, e do enclave de Berlim Ocidental, nas profundezas do território da Alemanha Oriental. Também devemos ressaltar que os EUA não tinham influência na União Soviética, pois toda cultura externa era censurada.

Alternativa (E): Nikita Kruschev, na verdade, procurou reduzir drasticamente os níveis de armas convencionais e defender a União Soviética com mísseis, portanto, a alternativa (E) está incorreta. Nikita rompeu relações diplomáticas com a China e se recusou a ajudar o programa nuclear chinês.

3. Gabarito: C

---

3. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

A convocação para as eleições, visando à composição da Assembleia Constituinte, e os novos partidos, organizações políticas de massa que surgiam, agitavam os anos que vão de 1932 a 1935. Nesse período, são perceptíveis ao menos quatro grandes tendências político-ideológicas: autoritarismo cientificista, liberalismo, esquerdismos e fascismo.

(Marcos Napolitano, História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo, p. 101. Texto adaptado)

Sobre a tendência fascista, é correto afirmar que

(A) se formou a Ação Integralista Brasileira (AIB) como principal grupo, que tinha apoio da classe média e uma ideologia caracterizada pelo nacionalismo, civismo, corporativismo e catolicismo ultraconservador.

(B) se organizou em um partido de abrangência nacional, o Partido Republicano Constitucional (PRC), que tinha amplo apoio das classes populares e defendia o direito inviolável da propriedade e a liberdade de expressão.

(C) teve origem nas organizações sindicais-operárias e sua influência esteve presente, em especial, nas grandes cidades do Nordeste ao fazer a defesa de uma intervenção estatal para industrializar o Brasil.

(D) esteve presente em vários partidos políticos, de ideologias variadas, que apoiavam medidas estatais para livrar o país da influência das grandes potências econômicas da época, como a França e a Inglaterra.

(E) se organizou em movimentos sociais e não em partido político, e fazia uma defesa radical das riquezas nacionais, caso do minério de ferro e do petróleo, que deveriam ser explorados pela iniciativa privada.

Alternativa (A): A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização política inspirada no fascismo italiano, fundada por Plínio Salgado em 1932. O Manifesto Integralista, lançado na ocasião, sintetizava o ideário básico da nova organização: defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da sociedade; combate aos valores liberais, catolicismo ultraconservador e rejeição do socialismo como modo de organização social. O lema da organização era "Deus, Pátria e Família". Portanto, esta é a alternativa correta.

Alternativa (B): O Partido Republicano Constitucional (PRC), foi fundado em julho de 1893, no Rio de Janeiro, deixou de existir em 1897 como Partido Republicano Feral (PRF). Assim, a alternativa é incorreta.

Alternativa (C): O partido que teve origem nas organizações sindicais-operárias foi a ANL, de orientação socialista, fundado por Luís Carlos Prestes.

Alternativas (D) e (E): Na verdade, a ideologia fascista, que defende um partido único, encontrou grande respaldo no Brasil da época, mas o grande número de adesões se deu na AIB, fazendo dela o primeiro partido político de massa organizado nacionalmente no Brasil. Em 1936, o total de seus membros era estimado entre 600 mil e um milhão, assim, as alternativas (D) e (E) estão igualmente incorretas.

4. Gabarito: A

---

4. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

A primeira Constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano […].

(Boris Fausto, História concisa do Brasil, p. 141)

Esta Constituição

(A) concentrou as atribuições tributárias no governo central, e cabia aos municípios, a partir de recursos transferidos pela presidência da República, a organização da segurança, da saúde e da educação.

(B) decidiu que o Poder Executivo deveria ser exercido pelo presidente da República, com mandato de cinco anos e com direito à reeleição, desde que o candidato fosse escolhido em uma convenção partidária.

(C) ampliou a participação política dos cidadãos, com o direito ao voto para todos os homens e mulheres maiores de 21 anos, com exceção dos cidadãos que não estudassem ou exercessem alguma atividade profissional remunerada.

(D) permitiu, ao menos implicitamente, aos estados exercerem diversas atribuições, como contrair empréstimos externos e organizar forças militares próprias, além do direito expresso de decretar imposto sobre a exportação de suas mercadorias.

(E) criou a Justiça Eleitoral, responsável pelo processo eleitoral em todos os estados brasileiros, e a Justiça do Trabalho, a quem cabia conciliar os interesses dos setores empresarias e os trabalhadores organizados em sindicatos por categoria.

Alternativa (A): No Art 9º da Constituição de 1891 se inscreve que é da competência exclusiva dos Estados decretar impostos. Portanto, a alternativa (A) é incorreta, pois não se concentrou as atribuições tributárias no governo central.

Alternativa (B): Segundo a Constituição de 1891, o mandato do presidente da República, eleito pelo voto direto, seria de quatro anos, sem direito à reeleição para o mandato imediatamente seguinte, sem, contudo, haver impedimentos para um mandato posterior. Assim, a alternativa está incorreta.

Alternativa (C): O voto feminino no Brasil só foi conquistado em 1932 e apenas incorporado à Constituição de 1934 como facultativo. Portanto, a alternativa é falsa. Em todo caso, vale ressaltar que se determinou que o voto no Brasil seria “universal”. Por "universal" entenda-se o fim do voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, pois ainda se mantiveram excluídos do direito ao voto os analfabetos, os praças-de-pré, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos.

Alternativa (D): A constituição de 1891 foi fortemente inspirada na Constituição da República Argentina, na constituição dos Estados Unidos da América e na Constituição Federal da Suíça, fortemente descentralizadora dos poderes, dando grande autonomia aos municípios e às antigas províncias, que passaram a ser chamadas de "estados", cujos chefes do Poder Executivo eram os "presidentes de estado". Foi inspirada no modelo federalista estadunidense, permitindo que se organizassem de acordo com seus peculiares interesses, desde que não contradissessem a Constituição. Portanto a alternativa está correta.

Alternativa (E): A Justiça Eleitoral do Brasil foi criada pelo Decreto n.º 21 076, de 24 de fevereiro de 1932, e não pela Constituição de 1891, fazendo da alternativa (E) incorreta.

Gabarito: D

---

5. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

No dia 12 [de dezembro de 1968], o pedido chegou ao plenário, e a votação se estendeu por horas. Finalmente, confrontando os militares, a Câmara dos Deputados rejeitou o pedido de suspensão das imunidades parlamentares de Márcio Moreira Alves por 216 votos contra 141 e 12 abstenções. Celebrando o resultado, os parlamentares cantaram o Hino Nacional.

No dia seguinte, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o Ato Institucional n. 5, tornando perenes os poderes discricionários que atribuía ao presidente da República.

(Carlos Fico, História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais, p. 66)

O Ato Institucional, aprovado em dezembro de 1968, permitia ao presidente da República

(A) escolher os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas de cada Estado.

(B) indicar um senador indireto por estado e escolher os secretários estaduais de Segurança Pública.

(C) proibir o habeas corpus em todas as ações penais e referendar as eleições legislativas estaduais.

(D) cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como demitir ou aposentar servidores públicos.

(E) escolher os prefeitos e os governadores de estado, além de aprovar, ou não, os orçamentos públicos em todos os níveis de poder.

Comentários:

Alternativa (A): O Ato Institucional nº 5 (AI-5) autorizava o fechamento do Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados. Logo que foi AI-5 foi assinado foi fechado o Congresso Nacional e de todas as Assembleias Legislativas dos estados brasileiros (com exceção de São Paulo) por quase um ano.

Alternativa (B): Desde o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 09 de abril de 1964, já se determinava em seu artigo 2º seriam realizadas eleições indiretas, além disso, a indicação de senadores ocorreu no Pacote de Abril, de 1977, do presidente Geisel.

Alternativa (C): O AI-5, na verdade, suspendia o habeas corpus por crimes de motivação política, além de cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente”.

Alternativa (D): O AI-5 de fato dava poder ao Presidente da República de cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como demitir ou aposentar servidores públicos, de tal modo que esta alternativa é a resposta correta.

> O Presidente da República podia destituir sumariamente qualquer funcionário público, incluindo políticos oficialmente eleitos, juízes e até ministros do Supremo Tribunal Federal, se eles fossem subversivos ou não-cooperativos com o regime. Este poder foi

amplamente utilizado durante o regime militar para desocupar os assentos dos membros do partido de oposição (MDB) no poder legislativo.

Alternativa (E): Foi o AI-3, de 05 de fevereiro de 1967, que no art. 4º decretou que os prefeitos dos municípios das capitais passariam a ser nomeados pelos governadores estaduais.

Gabarito: D

---

6. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021)

Em fevereiro de 1978, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). E o que até então se apresentava como uma medida de justiça restaurativa se transformou numa afirmativa de direitos – a "face imprescindível das liberdades democráticas", sublinhou a Carta de Princípios do CBA paulista, criado em maio de 1978. Os CBAs foram a senha para o início de um movimento memorável – a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita –, que unificou as forças de oposição, reuniu artistas e intelectuais, ganhou a opinião pública, e transbordou para a rua em passeatas, comícios e atos públicos.

(Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, Brasil: uma biografia, p. 479)

A Lei da Anistia de agosto de 1979 foi

A) de Iniciativa Popular, a partir das lideranças da OAB e da CNBB, aprovada apenas com os votos da oposição ao governo federal, permitindo a imediata liberdade de todos os presos políticos, assim como a legalização dos partidos comunistas e das centrais sindicais.

B) enviada pelo presidente da República ao Congresso e teve como resultado a volta de exilados e a libertação de presos políticos e, ao mesmo tempo, não permitiu a responsabilização individual dos coautores dos crimes praticados pelo Estado durante o regime autoritário.

C) derivada de uma emenda constitucional proposta pelos deputados e senadores do MDB, com o apoio de alguns parlamentares da ARENA, e garantiu uma anistia política a todas as forças políticas, com exceção dos militantes ligados aos grupos clandestinos de esquerda.

D) proposta pelo ministro da Justiça e aprovada depois de exaustivas negociações com os parlamentares da ARENA, que não aceitavam que as principais lideranças antes da ruptura institucional de 1964 fossem anistiadas e tivessem os seus direitos políticos reestabelecidos.

E) produto de uma longa negociação entre as lideranças da ARENA e do MDB e, com a forte oposição das principais centrais sindicais, resultou numa lei bem abrangente, que permitiu que os cargos políticos e administrativos exercidos antes de 1964 fossem imediatamente reassumidos.

Comentários:

Alternativa (A): Ocorreu forte mobilização social pela anistia, como o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia, e uma grande campanha. João Batista Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional o seu projeto, que atendia apenas parte dos interesses, porque excluía os condenados por atentados terroristas e assassinatos, segundo o seu art. 1º. Favorecia também os militares e os responsáveis pelas práticas de tortura.

Alternativa (B):

A Lei de Anistia brasileira (Lei n. 6.683/1979), em seu Art. 1º determinava:

> *"É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais".*

Ela foi objeto de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e de controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Enquanto o STF considerou a lei compatível com a futura Constituição de 1988, a CIDH considerou-a incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, por entender que as graves violações a direitos humanos praticadas por agentes da ditadura não prescrevem e devem ser investigadas e punidas.

Alternativa (C): Lei de Anistia brasileira foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 1979, e beneficiou não só militantes ligados aos grupos de esquerda, como também os torturadores e demais agentes da ditadura, fazendo da alternativa C uma afirmação incorreta.

Alternativas (D) e (E): Apesar da luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos ter sido protagonizada por estudantes, jornalistas e políticos de oposição, foi o governo do presidente João Batista Figueiredo que encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da Lei da Anistia. Portanto, as alternativas D e E estão incorretas.

Gabarito: B

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NOS COMENTÁRIOS

ALTMAN, Max. **1936 - Hitler viola Pacto de Locarno e invade a Renânia**. 2013. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/historia/27635/hoje-na-historia-1936-hitler-viola-pacto-de-locarno-e-invade-a-renania. Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **Ação Integralista Brasileira (AIB)**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **Anistia**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/anistia. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **Ato Institucional N° 5**. Disponível em: https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/ato-institucional-ndeg-5. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **ATOS INSTITUCIONAIS**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA)**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **Liga das Nações**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **O AI-5**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL (PRF)**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

FGV-CPDOC. **PTB**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_trabalhista_brasileiro. Acesso em: 17 maio 2021.

ROTHENBURG, Walter Claudius. FGV-CPDOC. **Constitucionalidade e convencionalidade da Lei de Anistia brasileira**. Disponível em:

https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/constitucionalidade-convencionalidade-lei-de-anistia-brasileira. Acesso em: 17 maio 2021.

...

É isso aí, pessoal. Aguardo vocês na nossa próxima aula, que falaremos sobre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!

@professorsergiohenrique

História e Atualidades com Sergio Henrique

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.